

---

## Relatório do Conselho Fiscal

### 3º Trimestre de 2018

#### 1. Introdução

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais compete genericamente ao Conselho Fiscal fiscalizar a administração da Sociedade, cumprindo-lhe elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

De acordo com a alínea i) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estão as empresas públicas obrigadas a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

A fiscalização da APL está cometida a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413º do CSC.

O relatório do Conselho Fiscal em apreço é, assim, o correspondente ao terceiro trimestre de 2018, e foi emitido com base no documento “Relatório Trimestral de Execução Orçamental janeiro-setembro 2018”, apresentado ao Conselho Fiscal em 8 de janeiro de 2019 bem como no respetivo Relatório do Revisor Oficial de Contas datado de 1-02-2019, remetido ao Conselho Fiscal em 20-02-2019, em anexo, constituindo parte integrante do presente documento, e ainda com base na análise das atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas neste período.

#### 2. Análise da atividade desenvolvida e da execução orçamental

Uma vez que o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 não foi aprovado pela Assembleia Geral, as referências relativas aos dados respeitantes ao Orçamento e ao Plano de Investimentos, sustentam-se na proposta apresentada pelo Conselho de Administração aprovada na reunião de 7 de junho de 2018 e revista na reunião de 30 de agosto de 2018.

O Relatório do Revisor Oficial de Contas refere que o Balanço e a Demonstração de Resultados foram preparados de acordo com os registos contabilísticos da APL.

Da análise ao documento “Relatório Trimestral de Execução Orçamental janeiro-setembro 2018”, salientam-se os seguintes aspetos:

- Até ao final do terceiro trimestre de 2018 registou-se uma quebra no número de navios que escalaram o Porto de Lisboa, da ordem de 4,9%, face ao período homólogo, em resultado da redução dos navios de carga cujo número regista uma redução da ordem dos 6,5%. Nesse sentido o volume total de carga movimentada não alcançou os níveis registados no mesmo período do ano anterior, apresentando um decréscimo de cerca de 3,2%, resultante

da contração de todos os segmentos de carga, à exceção dos graneis sólidos. Em sentido inverso, no que concerne aos navios de cruzeiros registou-se um acréscimo quer das escalas, quer do número de passageiros, relativamente ao período homólogo em cerca de 1,3% e 3,4% respetivamente;

- O EBITDA apurado no final do período cifra-se em 16.010 milhares de euros, evidenciando um crescimento face ao apurado no período homólogo, na ordem de 8,1% (+1.206 milhares de euros), destacando-se o desempenho da rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” (+1.295 milhares de euros), para o qual contribuiu a imputação nas contas da APL dos bens das concessões, designadamente o edifício do novo terminal de cruzeiros e de uma grua do Terminal do Beato, o aumento dos rendimentos de usos dominiais que observam uma recuperação (+306 milhares de euros), bem como a mais valia decorrente da alienação do terreno sito na Rua da Manutenção. Relativamente ao orçamento o EBITDA apresenta um desvio ténue, na ordem de 0,8%;
- O Resultado Líquido apurado no fim do 3º trimestre de 2018 ascendeu a 4.773 milhares euros, refletindo uma variação positiva expressiva, na ordem de 38%, relativamente ao valor registado no período homólogo (+1.325 milhares de euros), explicada ainda pela redução dos encargos financeiros (-292 milhares de euros) em resultado da diminuição do passivo remunerado. Relativamente ao valor orçamentado para o período o Resultado Líquido apresenta um desvio positivo de 22% (+864 milhares de euros);
- O volume de negócios (constituído pelas receitas obtidas com prestação de serviços, rendas de usos dominiais e rendas e rendimentos de propriedades de investimento) ascende no final do período a 32.713 milhares de euros, refletindo um acréscimo de cerca de 7,4% face ao período homólogo (+2.249 milhares de euros) e um desvio negativo face ao orçamentado para o mesmo período de 2,5% (-834 milhares de euros). A variação face ao período homólogo deve-se sobretudo ao acréscimo das receitas respeitantes ao Regulamento de Tarifas (+1.592 milhares de euros), em resultado da estadia de navio arretado no Porto de Lisboa, com impacto na rubrica de Imparidades por Dívidas a Receber que observa um agravamento de 310% (+1.686 milhares de euros). Destaca-se ainda o crescimento verificado nas receitas dominiais 4,9% (+306 milhares de euros) face ao mesmo período do ano anterior, embora observem um desvio negativo face ao orçamentado de 4,8% (-330 milhares de euros);
- Quanto às principais rubricas de gastos operacionais, observa-se, relativamente ao período homólogo, uma redução de 5,5% na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) (-258 milhares de euros) e um agravamento de 1,8% nos Gastos com Pessoal (+225 milhares de euros). Relativamente ao valor orçamentado para o período estas rubricas apresentam desvios negativos de respetivamente 7,5% (-362 milhares de euros) e 1,1% (-143 milhares de euros).

- Concorreu para a redução dos FSE, face ao mesmo período de 2017, a redução verificada na rubrica "Outros FSE" de 61,4% (-644 milhares de euros) explicada pelos encargos registados no ano transato com a realização da *Volvo Ocean Race* (VOR). Em sentido contrário destaca-se o agravamento registado na rubrica "Publicidade e Propaganda" de 287,6% (+370 milhares de euros), sobretudo em resultado da realização do evento *Seatrade2018*, a qual reflete um desvio significativo face ao valor orçamentado para o período de 105% (+304 milhares de euros).
- No que toca à estrutura patrimonial verifica-se, relativamente ao período homólogo do ano anterior, uma redução do Ativo, de cerca de 1,4% (-5.283 milhares de euros) por contrapartida de uma redução do Passivo, em cerca de 10% (-10.393 milhares de euros) e de um reforço no Capital Próprio, em cerca de 2,4% (+5.109 milhares de euros), observando-se uma melhoria nos rácios de solvabilidade (Capital Próprio sobre o Passivo Total) e de autonomia financeira (Capital Próprio sobre o Ativo Total) que assumem, no final do terceiro trimestre de 2018, respetivamente, cerca de 159% e 61%;
- O valor das despesas realizadas no período em apreço a título de Investimentos ascendeu a cerca de 2.799 milhares de euros, refletindo uma variação positiva expressiva face ao valor realizado no período homólogo do ano anterior de 918% (+ 2.524 milhares de euros), embora apresente um desvio negativo de 57%, face ao valor orçamentado para o período. Do investimento realizado destaca-se o respeitante à reabilitação do terraplano de Santa Apolónia que envolveu o valor de cerca de 1.549 milhares de euros. Até ao final do terceiro trimestre regista-se uma taxa de execução de 20,2% do valor orçamentado do investimento para 2018.

No âmbito da atividade prosseguida pela APL no terceiro trimestre de 2018, e da análise das Atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas no referido período, destacam-se as seguintes deliberações:

#### Ata da reunião de 26.07.2018

- Aprovação do processo de contratação com a *Siemens Postal, Parcel Airports Logistic, Lda*, da intervenção corretiva de elementos estruturais de componentes com desgaste operacional e outros com avaria de funcionamento, relativos ao equipamento móvel de rastreio de contentores marítimos e viaturas, adquirido em 2006 pela APL, no âmbito de um Protocolo de cooperação com a AT, pelo montante global de 131.112,63 €, cabendo à AT a comparticipação de 44.770,08 € e à APL de 86.342,55 €.

#### Ata da reunião de 02.08.2018

- Aprovação da adjudicação à empresa ITEN SOLUTION-Sistemas de Informação, SA, do fornecimento de licenças Microsoft, pelo valor de 284.627,10 €, acrescido de IVA à taxa

legal em vigor, na sequência do relatório final do concurso público internacional aberto para o efeito;

- Aprovação da adjudicação à empresa Auto Táxis Serra D'Arga, Lda, da prestação de serviços de transporte de pilotos e pessoal auxiliar da APL, pelo valor de 291.555,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, na sequência do relatório final do concurso público internacional aberto para o efeito.

Ata da reunião de 23.08.2018

- Aprovação da adjudicação à empresa Damen Shipyards Gorinchen da aquisição de uma lancha para transporte de pilotos, pelo valor de 649.500,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, na sequência do relatório final do concurso público aberto para o efeito.

Ata da reunião de 30.08.2018

- Aprovação do Relatório e Contas de 2017 e do Relatório do Governo Societário de 2017.
- Introdução de alterações no Plano de Atividades 2018-2020, aprovado em reunião de 7 de junho de 2018.

### 3. Cumprimento das orientações legais

Relativamente ao cumprimento das disposições legais aplicáveis em 2018 ao Setor Empresarial do Estado, designadamente as fixadas no Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (decreto de execução do Orçamento de Estado de 2018) e sem prejuízo de algumas das orientações serem de reporte anual, destaca-se o seguinte:

- O rácio dos gastos operacionais<sup>1</sup> sobre o volume de negócios registado no final do período (53,6%) apresenta-se inferior ao apurado no final do período homólogo (57,6%).
- Os gastos com pessoal, corrigidos dos encargos com indemnizações por rescisão, apresentam-se superiores aos apurados no período homólogo em cerca de 1,7%, referindo a APL que tal decorre no essencial do desbloqueamento de acesso na carreira e diuturnidades com efeitos a partir de julho de 2016, na sequência do despacho do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças e da Ministra do Mar de 31 de março de 2016.
- O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custos e alojamento e os associados à frota automóvel observado no terceiro trimestre de 2018 regista uma redução, face ao apurado no período homólogo de 2017 de cerca de 2,4%. Esta variação deve-se essencialmente à redução dos gastos com a frota automóvel que compensou o acréscimo registado nos gastos com deslocações e estadas.

<sup>1</sup> Corrigidos dos encargos com indemnizações por rescisão.

- No final do período o número de veículos da APL ascende a 34 refletindo uma variação positiva de 1, face ao período homólogo, indicando a APL que este acréscimo se enquadra no processo de renovação da frota.
- O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) obtido no final do terceiro trimestre de 2018 apurado pela APL ascende a 56 dias, apresentando-se superior em 12 dias, face ao apurado no final do mesmo período do ano anterior.
- O passivo remunerado ascende no final do terceiro trimestre de 2018 a cerca de 64,4 milhões de euros refletindo uma redução de cerca de 17,5% e de 11,3% relativamente ao valor registado no final do período homólogo e no final do ano de 2017, respetivamente.

#### 4. Conclusão

Sem prejuízo das limitações resultantes das situações anteriormente indicadas, concretamente da não aprovação pela Assembleia Geral do Plano de Atividades e Orçamento e Investimento para o triénio 2018-2020, considera o Conselho Fiscal que o “Relatório Trimestral de Execução Orçamental janeiro-setembro 2018”, da Administração do Porto de Lisboa, S.A., apresentado pelo seu Conselho de Administração, reflete a atividade e o desempenho da empresa no período em causa, com informação detalhada das variações ocorridas face ao período homólogo do ano anterior e dos desvios verificados face aos valores orçamentados.

Em, 20 de fevereiro de 2019.

O Conselho Fiscal



Cristina Maria Vieira de Sampaio



Maria Luisa Rilho



**APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.**  
**RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**  
**RELATIVO AO 3º TRIMESTRE DE 2018**

**1. INTRODUÇÃO**

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º dos Estatutos da APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro e alterados pelos Decreto-Lei n.º 334/2001, de 24 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março cumpre ao respetivo Conselho Fiscal elaborar e enviar trimestralmente aos respetivos órgãos tutelares *“um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados, as anomalias detetadas e os principais desvios em relação às previsões”*.

Por outro lado, o procedimento concursal que conduziu à nossa contratação como revisor oficial de contas contemplava como objeto do concurso, entre outras tarefas, *“a elaboração de relatórios trimestrais sobre o acompanhamento da atividade da empresa”*.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal solicitou-nos igualmente que procedêssemos à análise da informação constante do documento *“Relatório trimestral de Execução trimestral – janeiro a setembro de 2018”* preparado pelo Conselho de Administração.

O presente relatório pretende dar cumprimento a todas estas vertentes.

Contudo, e dado que o relatório trimestral de responsabilidade do Conselho de Administração, relativo ao 3.º trimestre de 2018, apenas nos foi disponibilizado no passado dia 8 de janeiro, só a partir desta data foram criadas as condições para que possamos emitir o presente relatório relativo a este período. Por esta razão, e dado o período de tempo já decorrido, por referência ao período de reporte a que respeita, o mesmo terá uma natureza mais sucinta do que habitualmente sucede.





## 2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A nossa nomeação como revisor oficial de contas da APL ocorreu em 17 de janeiro de 2018, através de deliberação social unânime por escrito.

Após esta nomeação, e dado que ainda estava pendente a auditoria às contas de 2016, a prioridade dos nossos trabalhos foi orientada para a realização desta auditoria, que culminou com a emissão da respetiva Certificação Legal das Contas do ano de 2016, em 4 de maio de 2018. Emitimos igualmente, imediatamente antes desta certificação, o Relatório Adicional dirigido ao Conselho Fiscal, igualmente datado de 4 de maio.

Entretanto ocorreu o processo de encerramento das contas relativas ao exercício de 2017, tendo a nossa SROC assegurado os trabalhos relativos à auditoria às contas deste exercício, que culminou com a emissão da respetiva Certificação Legal das Contas do ano de 2017, em 24 de setembro de 2018. Emitimos igualmente, imediatamente antes desta certificação, o Relatório Adicional dirigido ao Conselho Fiscal, igualmente datado de 24 de setembro.

Adicionalmente, ao longo do trimestre em análise, desenvolvemos igualmente as seguintes tarefas:

- a) Reuniões regulares com o Conselho Fiscal, quer para dar conta do andamento dos trabalhos relativos à auditoria às contas de 2017, quer para abordar outros assuntos relacionados com a atividade da APL;
- b) Acompanhamento da gestão da APL, designadamente através da realização de contactos regulares com o seu Conselho de Administração, bem como com a responsável pela Direção Financeira;
- c) Na sequência da análise da informação de natureza contabilística, elaborada pelos Serviços da Empresa, solicitámos e obtivemos os esclarecimentos que considerámos relevantes;
- d) Respondemos às solicitações e pedidos de esclarecimento que nos foram formulados pelos Serviços da APL, no âmbito da nossa área de conhecimentos;
- e) Procedemos à emissão de parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento relativo ao ano de 2018.

Em nossa opinião, o trabalho desenvolvido deu resposta às exigências contempladas, relativamente às responsabilidades e competências do Revisor Oficial de Contas.



### 3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Balanço reportado a 30SET2018, bem como a respetiva evolução face a 30JUN2018<sup>1</sup>, consta do Anexo 1 e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da APL.

A Demonstração de Resultados, igualmente elaborada a partir dos registos contabilísticos da APL, reportada a 30SET2018, consta do Anexo 2 e engloba os dados relativos ao período homólogo de 2017, bem como a comparação face ao orçamento para o período em análise.

No que respeita à posição financeira da APL, destacamos a evolução favorável registada ao nível da sua situação financeira, refletida na conjugação de uma ligeira melhoria dos seus capitais próprios, que ascendem a 220.994.537 euros, ligeiramente acima (+0,5%) da posição registada no final do segundo trimestre de 2018, e de uma redução do passivo total (-0,8%) permitindo assim reforçar a sua estrutura financeira, conforme se sistematiza:

Rubricas	30 SET 2018	30 JUN 2018	31.MAR 2018	31.DEZ 2017	VAR SET 18/JUN18	
					Valor	%
<b>Ativo líquido</b>	360.020.492	360.087.921	366.571.031	368.730.844	-67.429	0,02%
Capital próprio	220.994.537	219.872.159	217.437.413	216.995.341	1.122.378	0,5%
<b>Passivo</b>	139.025.955	140.215.763	149.133.618	151.735.503	-1.189.808	-0,8%
<b>Indicadores</b>						
Solvabilidade Total (Capital próprio/Passivo)	1,59	1,57	1,46	1,43	0,02	1,4%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo líquido)	0,61	0,61	0,59	0,59	0,00	0,5%
Dependência Financeira (Passivo/Ativo líquido)	0,39	0,39	0,41	0,41	0,00	-0,8%

A redução ao nível do passivo, no montante de 1.189.808 euros, foi influenciada sobretudo pela redução da rubrica de Diferimentos (1.296.589 euros), Financiamentos obtidos (1.678.086 euros) e de fornecedores (280.420 euros). Em sentido contrário, importa destacar o aumento registado na rubrica de outras contas a pagar (2.777.772 euros), essencialmente resultante da receção de faturas relacionadas com fornecedores de investimentos, mas que não traduz qualquer agravamento preocupante do prazo médio de pagamentos.

<sup>1</sup> Salienciamos que o Relatório apresentado pela entidade considera o período homólogo como o comparativo de referência. Contudo, para efeitos de apresentação de balanço, consideramos que a comparação com o fim do trimestre anterior imediatamente anterior ao de referência seria mais adequada



A evolução dos principais indicadores financeiros apresentados, corrobora o ligeiro reforço da posição financeira, já de si favorável, que é evidenciada pela APL.

Em termos de resultados, a APL apresenta, no final do trimestre em análise um resultado significativamente positivo de 4.773.232 euros, situando-se bastante acima do resultado orçamentado para o período<sup>2</sup>, que ascendia a 3.260.902 euros, o que traduz um desempenho bastante mais favorável do que o esperado e também do registado no período homólogo de 2017 (+38,4%), conforme se sistematiza no quadro seguinte, com a evolução dos principais indicadores:

	Real	Orçamento	Real	VAR Orç		VAR Real	
	30 SET. 2018	30 SET. 2018	30 SET. 2017	Valor	%	Valor	%
<b>Volume de negócios</b>	<b>32.712.990</b>	<b>34.313.018</b>	<b>30.463.700</b>	<b>-1.600.028</b>	<b>-4,7%</b>	<b>2.249.290</b>	<b>7,4%</b>
Vendas e serviços prestados	23.271.592	24.425.821	21.404.291	-1.154.229	-4,7%	1.867.301	8,7%
Outros rendimentos	9.441.398	9.887.197	9.059.409	-445.800	-4,5%	381.989	4,2%
EBITDA	16.009.773	15.554.368	14.803.791	455.405	2,9%	1.205.982	8,1%
EBIT							
(Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos)	6.119.487	5.892.770	5.032.770	226.717	3,8%	1.086.718	21,6%
Resultado Líquido do Período	4.773.232	3.260.902	3.448.321	1.512.330	46,4%	1.324.911	38,4%

Este comportamento mais favorável, face ao orçamento, foi influenciado, sobretudo, pelo melhor comportamento da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, com um gasto inferior ao orçamentado no montante de 792.582 euros (menos 15,2% face ao orçamentado), bem como com a rubrica de Gastos com o Pessoal, com um gasto inferior ao orçamentado no montante de 564.767 euros (menos 4,1% face ao orçamentado).

Comparativamente ao período homólogo de 2017, verifica-se um ligeiro aumento de Gastos com Pessoal (+1,7%) e ainda um significativo aumento de Imparidades de Dívidas a Receber (+310,1%). Contudo, o seu impacto global foi praticamente neutralizado com o incremento de rendimentos registado nas Vendas e Serviços Prestados, no montante de 1.867.301 euros (+8,7%) e em Outros Rendimentos e Ganhos (+10,3%) resultante do incremento de rendimentos de usos dominiais (572.653 euros) e de mais valia na alienação de ativos (425.392 euros).

Em termos globais, destaca-se o esforço desenvolvido pelo Conselho de Administração, no sentido de conciliar o nível de atividade com o orçamento disponível, num contexto de contenção de encargos, sendo certo que a atividade desenvolvida pela APL, pela sua natureza, condicionantes e objetivos, depende essencialmente de fatores externos muito associados à evolução da conjuntura económica, com destaque na movimentação de carga e de passageiros.

<sup>2</sup> Nos relatórios relativos aos dois primeiros trimestres do ano, o Conselho de Administração optou por apresentar valores reais na coluna de orçamento, tendo nós considerado, para efeitos de confronto com os valores orçamentados, a linearização do orçamento anual, considerando os duodécimos decorridos até ao final de cada trimestre. Relativamente ao 3.º trimestre, o Conselho de Administração já apresentou valores na coluna de orçamento distintos dos valores reais. No entanto, por uma questão de coerência com os pareceres que emitimos relativamente aos trimestres anteriores, optámos por manter idêntica metodologia, tendo considerado, na coluna de orçamento, nove duodécimos do valor anual orçamentado para 2018, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade.



#### 4. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da APL com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como da responsável pela área financeira.

Expressa-se igualmente o nosso agradecimento aos membros do Conselho Fiscal, pela proatividade evidenciada e pela colaboração que nos dispensaram ao longo do nosso trabalho.

Lisboa, 1 de fevereiro de 2019

**O REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

**VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

*(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)*





**ANEXO 1 – Balanço**

BALANÇO	30-SET-18	30-JUN-18	31-MAR-18	31-DEZ-17	(valores em euros)	
					Var. SET.18 / JUN.18	
					Valor	%
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>						
Ativos fixos tangíveis	247.344.962	247.699.225	249.796.548	251.936.040	(354.263)	-0,1%
Propriedades de investimento	54.065.252	54.662.968	55.140.762	55.627.744	(597.716)	-1,1%
Ativos intangíveis	33.200.035	33.534.147	33.839.838	34.252.467	(334.112)	-1,0%
Outros ativos financeiros	4.068	3.748	3.434	3.078	321	8,6%
	<b>334.614.316</b>	<b>335.900.087</b>	<b>338.780.582</b>	<b>341.819.329</b>	<b>(1.285.771)</b>	<b>-0,4%</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>						
Clientes	6.624.546	7.950.855	6.714.833	7.277.220	(1.326.309)	-16,7%
Adiantamentos a fornecedores	1.651	1.651	1.651	1.651	-	0,0%
Estado e outros entes públicos	910.128	337.149	314.633	315.156	572.979	169,9%
Outras contas a receber	2.621.595	2.333.627	2.103.033	3.984.013	287.968	12,3%
Diferimentos	247.168	127.983	128.143	461.173	119.185	93,1%
Caixa e depósitos bancários	15.001.088	13.436.569	18.528.155	14.872.303	1.564.519	11,6%
	<b>25.406.176</b>	<b>24.187.835</b>	<b>27.790.449</b>	<b>26.911.515</b>	<b>1.218.341</b>	<b>5,0%</b>
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>360.020.492</b>	<b>360.087.921</b>	<b>366.571.031</b>	<b>368.730.844</b>	<b>(67.429)</b>	<b>0,0%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>						
Capital subscrito	60.000.000	60.000.000	60.000.000	60.000.000	-	0,0%
Reservas legais	4.848.866	4.848.866	4.848.866	4.407.870	-	0,0%
Outras reservas	81.390.208	81.390.208	81.390.208	80.120.431	-	0,0%
Resultados transitados	23.311.075	23.311.075	23.311.075	20.611.888	-	0,0%
Outras variações no capital próprio	46.671.157	46.970.575	47.174.139	47.445.193	(299.418)	-0,6%
Resultado líquido do período	4.773.232	3.351.436	713.126	4.409.959	1.421.796	42,4%
	<b>220.994.537</b>	<b>219.872.159</b>	<b>217.437.413</b>	<b>216.995.341</b>	<b>1.122.378</b>	<b>0,5%</b>
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>						
Provisões	2.396.266	2.396.266	2.396.266	2.396.266	-	0,0%
Financiamentos obtidos	48.883.970	49.549.055	50.168.007	50.296.392	(665.086)	-1,3%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	8.079.220	8.244.891	8.381.522	8.516.481	(165.671)	-2,0%
Passivos por impostos diferidos	3.264.616	3.174.434	3.084.252	2.994.069	90.182	2,8%
Outras contas a pagar	10.573.275	10.573.275	10.573.275	10.573.275	-	0,0%
	<b>73.197.346</b>	<b>73.937.921</b>	<b>74.603.322</b>	<b>74.776.483</b>	<b>(740.574)</b>	<b>-1,0%</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>						
Fornecedores	752.410	1.032.829	508.572	1.476.469	(280.420)	-27,2%
Adiantamentos de clientes	951.586	995.537	1.064.831	1.040.428	(43.951)	-4,4%
Estado e outros entes públicos	1.014.785	1.597.750	1.494.008	1.438.377	(582.965)	-36,5%
Financiamentos obtidos	15.538.264	16.551.264	21.369.533	22.319.533	(1.013.000)	-6,1%
Outras contas a pagar	7.123.984	4.346.212	6.576.148	6.886.167	2.777.772	63,9%
Diferimentos	40.197.729	41.494.318	43.121.484	43.403.958	(1.296.589)	-3,1%
Passivos financeiros delidos para negociação	249.851	259.931	395.721	394.088	(10.081)	-3,9%
	<b>65.828.609</b>	<b>66.277.842</b>	<b>74.530.296</b>	<b>76.959.020</b>	<b>(449.233)</b>	<b>-0,7%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>139.025.955</b>	<b>140.215.763</b>	<b>149.133.618</b>	<b>151.735.503</b>	<b>(1.189.808)</b>	<b>-0,8%</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>360.020.492</b>	<b>360.087.921</b>	<b>366.571.031</b>	<b>368.730.844</b>	<b>(67.429)</b>	<b>0,0%</b>



**ANEXO 2 – Demonstração de Resultados**

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	Real	Orçamento	Real	Var Orç. SET.18		Var. real SET.18/SET.17	
	30-SET-18	30-SET-18	30-SET-17	Valor	%	Valor	%
Vendas e serviços prestados	23.271.592	24.425.821	21.404.291	(1.154.229)	-4,7%	1.867.301	8,7%
Fornecimentos e serviços externos	(4.438.779)	(5.231.361)	(4.696.334)	792.582	-15,2%	257.555	-5,5%
Gastos com o pessoal	(13.082.130)	(13.646.897)	(12.857.253)	564.767	-4,1%	(224.877)	1,7%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(2.230.163)	(1.800.000)	(543.832)	(430.163)	23,9%	(1.686.331)	310,1%
Provisões (aumentos/reduções)	-	(90.000)	60.537	90.000	-100,0%	(60.537)	-100,0%
Aumentos/reduções de justo valor	144.237	197.236	211.981	(52.999)	-26,9%	(67.744)	-32,0%
Outros rendimentos e ganhos	13.831.591	13.526.832	12.536.664	304.760	2,3%	1.294.928	10,3%
Outros gastos e perdas	(1.486.577)	(1.827.263)	(1.312.263)	340.686	-18,6%	(174.313)	13,3%
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>16.009.773</b>	<b>15.554.368</b>	<b>14.803.791</b>	<b>455.405</b>	<b>2,9%</b>	<b>1.205.982</b>	<b>8,1%</b>
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	(9.890.285)	(9.661.598)	(9.771.021)	(228.688)	2,4%	(119.264)	1,2%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>6.119.487</b>	<b>5.892.770</b>	<b>5.032.770</b>	<b>226.717</b>	<b>3,8%</b>	<b>1.086.718</b>	<b>21,6%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	-	225	275	(225)	-100,0%	(275)	-100,0%
Juros e gastos similares suportados	(1.075.708)	(1.270.943)	(1.367.609)	195.234	-15,4%	291.901	-21,3%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>5.043.779</b>	<b>4.622.052</b>	<b>3.665.436</b>	<b>421.727</b>	<b>9,1%</b>	<b>1.378.343</b>	<b>37,6%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(270.547)	(1.361.150)	(217.115)	1.090.603	-80,1%	(53.432)	24,6%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>4.773.232</b>	<b>3.260.902</b>	<b>3.448.321</b>	<b>1.512.330</b>	<b>46,4%</b>	<b>1.324.911</b>	<b>38,4%</b>

(\*) Por simplificação considerámos 9 duodécimos do valor anual do orçamento para 2018, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade.

